

"Na área de saúde, é preciso sempre evitar o pânico, mas nunca atuar com indiferença".

José Serra, ministro da Saúde, ao apresentar as medidas que serão adotadas pelo governo federal diante da possibilidade de um ataque biológico.

O combate sustentável à pobreza



**MARCELO
CÔRTEZ
NERI**

O Brasil é um caso intrigante na reflexão sobre o combate à pobreza. A alta desigualdade, a nossa principal chaga, cria condições propícias para o desenho de políticas redistributivas. Esse potencial é exemplificado pela alta sensibilidade de nossos indicadores sociais baseados em renda frente à implementação de políticas compensatórias — como, por exemplo, reajustes do salário mínimo, concessão de benefícios previdenciários etc. A rápida queda dos índices de inflação e de pobreza após a aplicação de planos de estabilização como no caso dos planos Cruzado e Real, constituem outros exemplos elucidativos da alta velocidade atingida na aplicação de políticas de renda. Entretanto, talvez devido às instabilidades recentes, aqui pouco se avançou na implementação de políticas es-

truturais, indutoras de um reforço do portfólio de ativos dos pobres. O resultado é uma política social cujos efeitos são em larga medida transitórios.

O problema das políticas sociais brasileiras não é carência de recursos ou de capacidade de mobilização dos mesmos. Mais de três quartos da população mundial vive em países cujas rendas per capita são inferiores à brasileira. A carga tributária e volume de gastos sociais brasileiros, 33% e 21% do PIB respectivamente, nos coloca em posição de liderança na América Latina. Entretanto, todo este esforço fiscal/social deixará poucas marcas nas condições de vida dos pobres. A maior parte das políticas adotadas não mira nos desvalidos; aquelas que miram não acertam o alvo ou quando acertam não proporcionam efeitos duradouros em suas vidas.

A dificuldade não está na quantidade mas na qualidade das ações implementadas. Um exemplo da nossa miopia desfocada está na alocação dos gastos previdenciários: os 10% mais altos benefícios — incluindo o INSS e os inativos do setor público — se apropriam de quase metade da massa de benefícios distribuídos que, por

sua vez, consomem metade do orçamento social consolidado brasileiro. Ou seja, uma elite entre os aposentados e pensionistas abocanha sozinha cerca de um quarto dos nossos gastos sociais totais.

Por outro lado, se visamos atuar em horizontes temporais mais elásticos, cabe antes lembrar que um futuro digno será inatingível para aqueles que não conseguem garantir padrões de vida mínimos. Existem complementariedades naturais entre políticas de transferência de renda — desde que focadas — e políticas de geração de renda. Vejamos este ponto no contexto das principais vítimas da miséria brasileira, as crianças. 45% dos nossos indigentes têm menos de 15 anos de idade contra 30% referente à participação deste grupo etário na população. A desnutrição infantil, ao afetar a capacidade de aprendizado, gera consequências para toda a vida do indivíduo. Neste caso, daí o peixe é condição necessária para se aprender a pescar. Uma propriedade interessante das políticas voltadas para o público infantil — como merenda escolar, bolsa alimentação, etc. — é que foco e persistência das ações ca-

minham de mãos dadas.

Além da falta de alvo e pontaria, as nossas políticas sociais atacam tipicamente consequências e não as causas da miséria. Precisamos atuar além das manifestações mais óbvias da pobreza, como a baixa renda, e nos perguntar o que torna as chances apresentadas aos miseráveis tão minguadas. É necessário

É preciso ir além do óbvio, como a baixa renda, para se entender a pobreza; é necessário entender porque os pobres recebem menos

aprender mais por que pessoas pobres recebem menos. Aqueles que se debruçaram sobre esta questão, no caso brasileiro, apontam a educação como o principal determinante isolado da nossa alta desigualdade de renda. Diferenças educacionais explicam cerca de 40% dos diferenciais de renda entre brasileiros. A taxa de retorno da educação no Brasil é de 16% ao ano. Ou seja, o rendimento fu-

turo do estudante deverá subir dia, 16% para cada ano adicional. É difícil pensar em maior retorno do que a educação.

Pobres precisam, acima de caridades, não de caridades são representadas pela ativos produtivos. Entretanto, entender os determinantes do a torno de determinados ativos educação, mas é preciso olhar abrangente para todo portfólio tes e saber como os diferentes a ragem entre si. Complementari muitos casos, as pessoas dispõem juntos amplos de ativos mas n guem aproveitar as oportunid, ciadas à sua posse. Neste caso as estão nos indivíduos mas no co de eles operam. Restrições de c pedem que as boas oportunid, tentes, sejam aproveitadas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em econo Princeton, chefe do Centro de Políticas IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br